

APRESENTAÇÃO

Na edição número 22 (abril de 2016) a *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* passa a ser veiculada em regime quadrimestral. Nela, são publicados 20 artigos com temáticas da questão agrária brasileira, trabalhos que discutem a questão ambiental e energética, as políticas públicas no campo brasileiro, os desafios da luta pela terra, abordagens político-econômica africana com dois artigos sobre Moçambique e discussões relacionadas aos casos mexicano, argentino e português. Ainda, apresentamos uma resenha da obra de Rosa Luxemburgo, de autoria de Alexandrina Luz Conceição.

No primeiro artigo “Balances of power and comprehensive approach to sustainable development: the case of the biosphere reserves of Selva Lacandona, Chiapas, Mexico” de Conrado Márquez Rosano e María del Carmen Legorreta Díaz, os autores apresentam uma discussão sobre reservas de biosfera como modelos de promoção do desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. No trabalho, trazem um estudo de caso nas reservas de biosfera “Montes Azules” e “Lacatún” da comunidade de origem maia “Lacandona”, em Chiapas – México, afetadas por políticas ambientais extremamente limitadas no que diz respeito a conservação e ao desenvolvimento da comunidade.

Em “Indústria florestal e acumulação por desapropriação na Argentina: o caso de Alto Paraná S.A. na Província de Misiones” de Sebastián Gómez Lende, é discutido a problemática das práticas de silvicultura e a indústria florestal na Província florestal de Misiones (Argentina), que por meio da empresa chilena Alto Paraná S.A. promove uma acumulação por desapropriação devido a concentração de terras, a espoliação e degradação dos ativos ambientais, ameaçando os pequenos produtores, camponeses e indígenas.

No trabalho “Un abordaje etnográfico de la herencia de la tierra en unidades productivas de leche en la microrregión de Crespo, Entre Ríos (Argentina)” de Silvina Pardías, a autora aborda a diminuição na quantidade de unidades produtivas familiares e de pequena escala - que se dedicam a produção de leite, promovida pela concentração, estrangeirização da propriedade ou do uso do solo e grandes explorações agrícolas. O trabalho põe foco nos modos estratégicos de resolução da herança da terra e outros patrimônios em unidades produtivas familiares diversificadas e baseia-se numa abordagem etnográfica situada numa colônia de alemães da província de Entre Rios, no Mesopotâmia de Argentina.

Em “Impactos sócio-espaciais e político-econômicos dos megaprojetos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moatize” de Eduardo Jaime Bata, Celene Cunha M. Antunes Barreira e Maria Geralda de Almeida é analisado os megaprojetos de exploração do carvão mineral de Moatize, buscando compreender esses impactos e as contradições inerentes a estes megaprojetos, no que tange às formas de organização ou de reorganização sócio-espacial, com vista a atender aos interesses do capital transnacional. Os autores mostram que o arranque da atividade mineradora criou enorme pressão sobre as instituições do Estado, incrementou a segregação sócio-espacial, ao mesmo tempo em que, gerou oportunidades de trabalho, assim como, produziu uma pequena elite nacional e/ou estrangeira que foi o que mais se beneficiou destes megaprojetos.

No artigo “O papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique – distrito de Malema, Província de Nampula” Isaías Mutombo Mafavisse e Evandro César Clemente procuram identificar os entraves que dificultam a inserção de melhorias (na produtividade e na geração de renda) aos pequenos agricultores do Distrito de Malema, a partir da implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI). Notaram que em Malema, a implementação do PROAGRI, em sua primeira e segunda fase, não contemplou plenamente as perspectivas das políticas no formato *bottom – up*. Os pequenos agricultores não se sentiram incluídos no processo e, a maior parcela deles, inclusive, desconhece a existência do mesmo.

“De espaços agrícolas a espaços de consumo: os processos sociais no mundo rural português” de Elicardo Heber de Almeida Batista e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol traz uma reflexão sobre os processos sociais no meio rural português no contexto de transição de um progressivo declínio das atividades agrícolas à sua identificação enquanto um espaço de consumo, resultando numa associação do mundo rural como um espaço a ser consumido e organizado para atender distintas demandas, dentre elas, das sociedades urbanas.

Em “As políticas públicas para o meio rural no Brasil e em Portugal e suas abordagens”, Eliane Regina Francisco da Silva discute a incorporação da perspectiva territorial nas políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro, que passaram a considerar a valorização do manejo adequado dos recursos naturais nas políticas de desenvolvimento rural, atendendo também as populações mais carentes. Considerando o Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) –

implantado na União Europeia a partir dos anos 1990 na mudança de abordagem das políticas públicas de setorial para territorial, foram analisados o PAA e o PNAE para o caso brasileiro e o PAC e o LEADER para o caso português.

O trabalho “Quando viver é *campesinar*, o campo é de possibilidades” de Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira traz uma reflexão em torno da questão agrícola-agrária e da possibilidade camponesa no Brasil fazendo uma alusão ao retorno do uso do conceito *campesinato* pelos movimentos sociais e pela academia, que revela, ao mesmo tempo, seu vigor teórico-político e a complexidade de seu uso frente à heterogeneidade sociocultural, política, ecológica e econômica presente no campo brasileiro.

Já em “Repensando as relações campo/cidade: uma abordagem acerca do terroir do vinho na Campanha Gaúcha” de Vanessa Manfio, Rosa Maria Vieira Medeiros e Luiz Fernando Mazzani Fontoura, a perspectiva é entender as relações campo-cidade na Campanha Gaúcha a partir da inserção da vitivinicultura, afetada pelos avanços do capitalismo que promovem uma artificialização do campo e o desenvolvimento da racionalidade deste espaço, além de atrair atividades não-agrícolas para o meio rural.

Sandro Pereira Silva em “Agricultura familiar e território: aspectos conceituais e analíticos sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade” analisou os principais aspectos multifuncionais e pluriativos que envolvem a agricultura familiar às dinâmicas territoriais de maior escala, de acordo com as características regionais sob as quais se inserem. Para o autor, a partir do conceito de multifuncionalidade e pluriatividade o rural deixou de ser visto apenas como um espaço de produção agrícola, passando a ser visto como um macro-organismo social, complexo e fortemente imbricado ao território por meio de suas relações de trabalho, produção e consumo.

Em “Contribuições para a construção da categoria da agricultura familiar em espaços urbanos: um estudo sob a ótica das interfaces cidade-campo em Pelotas-RS” de Carlos Vinícius da Silva Pinto e Giancarla Salamoni, há uma discussão de como as decisões normativas influenciam a organização espacial, mas não eliminam, imediatamente, as expressões da agricultura e da ruralidade. No caso analisado, a agricultura familiar presente no espaço denominado de “rururbano” na cidade de Pelotas vem sofrendo uma série de restrições, sobretudo, pelo crescimento físico do perímetro urbano, imposto por normativas municipais. Entretanto, a atividade agrícola e a noção de ruralidade permanecem, fazendo com que o espaço e as espacialidades ganhem diversos significados.

“Políticas públicas e o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Pejuçara-RS” de Bruna de Moura dos Santos e Claudia Maria Prudêncio de Mera aborda os entraves ao acesso às políticas públicas pelos agricultores familiares de Pejuçara que não tem contribuído para a diversificação da agricultura e para sucessão da atividade no meio rural.

Em “Contribuições aos estudos da questão agrária no Pontal do Paranapanema” de Munir Jorge Felício, é discutido a relação complexa entre o campesinato e o capital que se renovam simultânea e contraditoriamente pelo debate oriundo das interpretações e dos seus significados. Assim, o autor discute sobre essa complexidade para ampliar a compreensão de que a questão agrária é questão estrutural gerada pelo avanço do capital na agricultura e analisa as estratégias elaboradas pelo campesinato que se desenvolve dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente, também sendo parte dele.

No artigo “Desenvolvimento local, reforma agrária e ocupação territorial: o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'água” de Moacir José dos Santos e Alzair Eduardo Pontes, são abordados os conflitos presentes no assentamento devido as relações de poder, em que grupos se interpelam na busca por organizar o território ocupado com práticas sociais e estratégias de luta oriundas dos interesses distintos dos sujeitos sociais participantes do processo de formação do assentamento.

O caso de “Territórios de vida e de esperança nos acampamentos Fortaleza e Renascer na mesorregião Sudeste de Mato Grosso, Brasil” de Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro e Nestor Alexandre Pehouskei, a discussão é fundamentada na lógica da organização dos acampamentos de sem-terra, entendida como lugar de resistência, e por ser configurado como um território provisório, “território de vida e esperança”, busca na concretização do assentamento a transformação social

Na temática de discussões energéticas e ambientais, o trabalho “Internacionalização do setor sucroenergético brasileiro e suas consequências em Goiás” de José Paulo Pietrafesa, Thiago Brito Steckelberg e Pedro Araújo Pietrafesa faz uma análise do cenário de internacionalização do setor sucroenergético brasileiro e suas consequências no estado de Goiás, com destaque para os impactos sociais e ambientais desse processo. Os autores contextualizam as principais correntes do pensamento econômico a respeito da participação do capital externo na economia nacional, com pretensão de realizar contribuições no estudo da internacionalização sucroenergética,

destacando suas consequências para a sociedade brasileira como um todo e para o estado de Goiás.

“Evolução do aprendizado na expansão da cana-de-açúcar para Goiás: o papel dos centros de pesquisa” de Fernando Campos Mesquita retrata a expansão da produção de cana-de-açúcar para o estado de Goiás, atenuada com a crescente demanda por etanol induzida pelo crescimento da frota de veículos flex-fuel. Nesse sentido, as discussões são embasadas no aprendizado e nas formas de produzir cana-de-açúcar que elevaram o estado de Goiás a segundo maior produtor de etanol e de cana-de-açúcar do país.

“A monocultura canavieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro-SP, Brasil (2000-2008)” de Carolina Vilela Figueiredo e José Gilberto Souza reúne uma análise acerca da expansão e domínio territorial da monocultura canavieira atrelada às questões sobre a concentração fundiária, a entropia e homogeneização da paisagem, bem como a elisão fiscal causada pela subdeclaração do Imposto Territorial Rural (ITR) no município de Rio Claro-SP, durante os anos de 2000 e 2008. Os autores concluem que a homogeneização da paisagem promovida pela atividade canavieira é um dos efeitos da prática de elisão fiscal no município de Rio Claro.

Em “A usina hidrelétrica Estreito e a Amazônia na política energética brasileira: a desterritorialização dos camponeses ribeirinhos de Palmatuba (TO)”, Airton Sieben e João Cleps Junior analisam as políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil e efeitos na Amazônia, estudando a barragem de Estreito e a desterritorialização dos camponeses de Palmatuba (Babaçulândia/TO) ocorrida no ano de 2009 e como o desenvolvimento energético brasileiro afetam famílias que lutam por justiça nas indenizações e tentam se adaptar ao novo modo de vida imposto a elas.

“Dilemas e desafios para instalação de sistemas agroflorestais no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar – núcleo Picinguaba – (SP)” de Sidnei Raimundo e Eliane Simões discute os conflitos ambientais decorrentes da criação de área de proteção ambiental e a mudança do modo de vida de comunidades tradicionais que vivem no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar. Discutem os principais problemas enfrentados pela comunidade destacando as práticas agrícolas tradicionais e uso dos recursos, numa tentativa de instalação de sistemas agroflorestais. Aponta possibilidades e perspectivas para manter o uso tradicional agrícola destas comunidades que habitam o interior e entorno de unidades de conservação de proteção integral.

Por fim, a edição é encerrada com a resenha da Alexandrina Luz Conceição com importante contribuição teórica para os estudos sobre o campo, a permanência e resistência dos camponeses enquanto classe social, presente na obra de Rosa Luxemburgo, intitulada “A sociedade comunista primitiva e sua dissolução”.

Nesta edição, comemoramos os 10 anos da Revista Campo-Território e aproveitamos para agradecer a todos os membros do Conselho e Corpo Editorial pelo apoio em manter a revista por tantos anos prezando sua qualidade, e aos autores por confiarem seu trabalho à nossa equipe, com excelentes contribuições para o debate da Geografia Agrária.

João Cleps Junior
Natália Lorena Campos

Uberlândia-MG, abril de 2016.